

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos semestres findos em 30 de Junho de 2014 e 2013.

Cenário Econômico

O primeiro semestre de 2014 foi marcado pela manutenção da política monetária acomodatória por parte dos principais bancos centrais. A sinalização do FED de extrema cautela e parcimônia na redução dos estímulos monetários foi determinante para o recuo da taxa de juros americanas de 10 anos, cujo movimento foi de alta em 2013, cedeu 50 pontos base para 2,5% neste primeiro semestre.

Nos EUA, após o PIB do primeiro trimestre registrar uma forte contração de 2,1% anualizado, afetado pelo rigoroso inverno, o resultado do segundo trimestre de 4% surpreendeu acima do esperado. Aumento dos estoques das empresas e um aquecimento do consumo ajudaram a economia e compensaram o efeito do crescimento das importações. O FED divulgou que vai continuar a reduzir suas compras de hipotecas e notas do Tesouro para US\$ 25 bi por mês. Afirmou também que as taxas de curto prazo continuarão baixas por "um tempo considerável após o programa de compra de ativos terminar". Argumentou que ainda há uma considerável capacidade ociosa na economia e estão cautelosos sobre agir cedo demais no que diz respeito à política monetária. O FED em junho alterou as suas projeções de crescimento do PIB em 2014 para 2,2% e a taxa de desemprego para 6,05%. A Zona do Euro registrou um crescimento de 0,2% abaixo do esperado de 0,4% no primeiro trimestre. A Alemanha continua sendo o motor com crescimento de 0,80%, a França permaneceu estagnada, a Espanha cresceu 0,4% e a Itália registrou uma contração de 0,1%. O BCE cortou a taxa de depósito de 0% para -0,10% negativo e a taxa de referência de 0,25% para 0,15% e avalia o impacto de uma série de medidas lançadas em junho para estimular a economia. Enquanto isso o Banco da Inglaterra sinaliza que pretende apertar sua política monetária em breve, com a recuperação econômica sólida e continua queda da taxa de desemprego.

A economia da China cresceu 7,5% entre abril e junho ante o ano anterior, reforçando sinais de estabilização na atividade econômica após uma série de medidas de estímulo do governo. No curto prazo, a rápida desaceleração do setor imobiliário e os produtos de crédito vinculados ao setor são o maior risco para a economia chinesa. No cenário doméstico, o dilema está em crescimento baixo e inflação elevada. Houve uma deterioração dos fundamentos macroeconômicos, principalmente na condução da política fiscal e na confiança do empresário e investidores. O crescimento do PIB em 2014 ficará abaixo do projetado no começo do ano, com dados de produção industrial, vendas a varejo e consumo das famílias aquém do esperado. O mercado de trabalho começa a dar sinais de fraqueza. O CAGED, que mede o emprego formal, apresentou expansão nula, enquanto os salários se expandiram no mais baixo ritmo desde 2009.

Na política monetária, o Banco Central deu continuidade ao ciclo gradual de aperto monetário, elevando em janeiro (+0,5%), fevereiro (+0,25%) e em abril (+0,25%) para 11% a taxa Selic e manteve neste nível até junho. O Copom ponderou que a elevada variação dos índices de preços ao consumidor nos últimos dez meses (6,52%) contribui para que a inflação ainda mostre resistência. Para combater as pressões inflacionárias, as condições monetárias foram apertadas, mas o Comitê avalia que os efeitos da elevação da taxa Selic sobre a inflação, em parte, ainda estão por se materializar. Além disso, é plausível afirmar que, na presença de níveis de confiança relativamente modestos, os efeitos das ações de política monetária sobre a inflação tendem a ser potencializados. Projetos de manutenção da taxa Selic em 11% a.a. até dez/2014, o IPCA em 6,45% e o crescimento do PIB em 0,90% para 2014.

Histórico

O Banco Rendimento S/A, Banco Comercial com carteira de câmbio, crédito, financiamento, repasses, BNDES, CDC, investimentos e operações estruturadas, integra o Conglomerado Rendimento que compreende, ainda, as instituições financeiras BBN - Banco Brasileiro de Negócios, Cotação DTVM S/A e Action S/A DTVM. O Banco Rendimento e empresas do grupo têm a missão de liderar o mercado de câmbio negociado em espécie, e o segmento de pequenas e médias empresas, com produtos e serviços inovadores e criativos, prestando um atendimento diferenciado e com qualidade para superar, sempre, as expectativas de nossos clientes.

Índice da Basileia

Segundo a Resolução nº 4.193, de 01.03.2013, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a apuração do patrimônio de referência exigido, demonstramos a seguir o comportamento do índice em referência durante o primeiro semestre de 2014, revelando o enquadramento do Conglomerado Rendimento nos atuais 11%, definido pelo órgão regulador, inclusive com relativa margem de suficiência.

2014	Patrimônio de Referência	Patrimônio de Referência Exigido (RWA)	Índice Basileia
Janeiro	203.154	138.820	16,10%
Fevereiro	204.970	141.935	15,89%
Março	204.442	152.025	14,79%
Abril	205.631	137.441	16,46%
Maio	207.086	134.326	16,96%
Junho	208.790	163.274	14,07%
Média			15,71%

Controles Internos, Riscos e Governança Corporativa

O Conglomerado Rendimento mantém estrutura de Governança Corporativa e Controles Internos, aderentes às disposições da Resolução nº 2.554/98, do Conselho Monetário Nacional. Integra a estrutura de controles internos as unidades responsáveis pela gestão com Riscos, Compliance, Prevenção de Lavagem de Dinheiro/ Combate ao Financiamento do Terrorismo, Segurança da Informação e Auditoria Interna.

Balanços Patrimoniais - Semestres Findos em 30 de Junho de 2014 e 2013

ATIVO	Notas	2014	2013	PASSIVO	Notas	2014	2013
Circulante		1.174.423	1.656.852	Circulante		870.126	1.307.380
Disponibilidades.....	5	327.513	262.471	Depósitos.....	13	240.092	295.968
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	6	191.495	232.498	Depósitos a vista.....		40.739	45.121
Aplicações no mercado aberto.....		174.999	169.234	Depósitos interfinanceiros.....		60.625	62.852
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....		16.496	19.135	Depósitos a prazo.....		83.643	93.172
Aplicações em moedas estrangeiras.....		-	44.129	Depósitos em moeda estrangeira.....		55.085	64.823
Titulos e valores mobiliários	7	63.893	56.427	Captações no mercado aberto	15	15.141	8.916
Carteira própria.....		12.136	10.275	Carteira própria.....		15.141	8.916
Vinculados a operações compromissadas.....		15.149	8.932	Recursos de aceites e emissão de títulos	14	11.345	-
Vinculados a prestação de garantias.....		36.608	37.220	Recursos de aceites e emissão de títulos - LF.....		11.345	-
Relações interfinanceiras	16.356	14.093	14.093	Relações interfinanceiras	519	1.059	1.059
Pagamentos e recebimentos a liquidar.....		11.598	10.186	Relações interdependências	34.339	29.265	29.265
Créditos vinculados ao Bacen.....		856	900	Recursos em trânsito de terceiros.....		34.339	29.265
Relações com correspondentes.....		3.902	3.007	Obrigações por empréstimos	14	41.749	67.464
Operações de crédito	9	283.223	385.109	Empréstimos no exterior.....		24.745	50.980
Setor privado	283.223	385.109	385.109	Repasses no país - Instituição oficial.....		17.004	16.484
Empréstimos e títulos descontados.....		273.397	374.840	Outras obrigações	526.941	934.708	934.708
Financiamentos.....		29.883	43.040	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados.....		8.060	5.772
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa).....		(20.057)	(32.771)	Carteira de câmbio.....	10	220.034	562.727
Outros créditos	275.243	699.663	699.663	Fiscais e previdenciárias.....	16a	11.562	16.377
Carteira de câmbio.....	10	230.678	585.225	Negociação e intermediação de valores.....	8b	-	-
Negociação e intermediação de valores.....	8c	791	3.017	Diversas.....	16b	287.294	349.832
Diversos.....	11	46.900	111.606	Exigível a longo prazo	367.260	380.647	380.647
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa).....		(3.126)	(1.185)	Depósitos	13	296.167	302.164
Outros valores e bens	16.700	6.591	6.591	Depósitos a prazo.....		296.167	302.164
Outros valores e bens.....		16.287	5.950	Recursos de aceites e emissão de títulos	14	-	10.243
Despesas antecipadas.....		413	641	Recursos de aceites e emissão de títulos - LF.....		-	10.243
Realizável a longo prazo	179.261	135.558	135.558	Obrigações por empréstimos	14	16.148	26.147
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	44.639	-	Repasses no país - Instituição oficial.....		16.148	26.147
Aplicações em moedas estrangeiras.....		44.639	-	Outras obrigações	54.945	42.093	42.093
Operações de crédito	9	48.988	68.794	Carteira de câmbio.....	10	2.638	-
Setor privado	48.988	68.794	68.794	Fiscais e previdenciárias.....	16a	46.957	37.307
Empréstimos e títulos descontados.....		34.253	43.936	Diversas.....	16b	5.350	4.786
Financiamentos.....		16.249	26.182	Resultados de exercicios futuros	398	472	472
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa).....		(1.514)	(1.324)	Resultados de exercicios futuros.....		398	472
Outros créditos	85.634	66.764	66.764	Patrimônio líquido	19	182.674	166.788
Carteira de câmbio.....	10	3.375	-	Capital	85.316	85.316	85.316
Diversos.....	11	83.855	66.764	De domicílios no país.....		85.316	85.316
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa).....		(1.596)	-	Reserva de lucros	93.277	70.687	70.687
Permanente	66.774	62.877	62.877	Lucros acumulados	4.081	10.785	10.785
Investimentos	56.727	52.855	52.855				
Participações em controladas - no País.....	12	56.680	52.807				
Títulos patrimoniais.....		2	2				
Outros investimentos.....		45	46				
Imobilizado de uso	6.476	6.826	6.826				
Imóveis de uso.....		619	677				
Outras imobilizações de uso.....		12.596	11.500				
(Depreciações acumuladas).....		(6.739)	(5.351)				
Diferido	198	318	318				
Gastos de organização e expansão.....		3.836	3.836				
(Amortização acumulada).....		(3.638)	(3.518)				
Intangível	3.373	2.878	2.878				
Ativos intangíveis - outros.....		6.455	4.855				
(Amortização acumulada).....		(3.082)	(1.977)				
Total do ativo	1.420.458	1.855.287	1.855.287	Total do passivo	1.420.458	1.855.287	1.855.287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres Findos em 30 de Junho de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2012.....	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Total
	Capital	Legal	Outras		
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	85.316	6.707	63.212	-	155.235
Lucro líquido do semestre.....	-	-	-	15.353	15.353
Constituição de reserva de lucros - Legal.....	-	768	-	(768)	-
Distribuição de juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	(3.800)	(3.800)
Saldos em 30 de junho de 2013.....	85.316	7.475	63.212	10.785	166.788
Saldos em 31 de dezembro de 2013.....	85.316	8.313	85.518	-	179.147
Lucro líquido do semestre.....	-	-	-	8.927	8.927
Constituição de reserva de lucros - Legal.....	-	446	-	(446)	-
Distribuição de dividendos.....	-	-	-	(1.000)	(1.000)
Distribuição de juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	(4.400)	(4.400)
Saldos em 30 de junho de 2014.....	85.316	8.759	84.518	4.081	182.674

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Semestres Findos em 30 de Junho de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

- Contexto operacional**
O Banco Rendimento S/A (Banco) é um banco comercial com carteira de câmbio, fundado em 1992 e, em conjunto com suas controladas, opera no mercado financeiro atuando principalmente com crédito ao mercado de middle market, operações de câmbio financeiro e cartões de débito pré-pago.
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro nacional e internacional, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.
- Apresentação das demonstrações financeiras**
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações. Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.639/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).
As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.
Para melhor comparabilidade das demonstrações financeiras, foram efetuadas reconciliações em notas explicativas referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2013.
- Sumário das principais práticas contábeis**
 - Apuração do resultado**
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata dia" para as de natureza financeira.
As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.
 - Caixa e equivalentes de caixa**

As atividades de controles internos são de responsabilidade das unidades de Governança Corporativa e Auditoria Interna do Conglomerado Rendimento, ambas subordinadas ao Diretor Superintendente, e são segregadas das áreas comprometidas com resultados e daquelas responsáveis pelas atividades de suporte.

A estrutura de Governança abrange as Áreas de Compliance, Risco Operacional (Resolução nº 3.380/06), de Mercado (Resolução nº 3.464/07), de Liquidez (Resolução nº 4.090/12), de Crédito (Resolução nº 3.721/09), de Gerenciamento de Capital (Resolução nº 3.988/11) e procedimentos de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro e Segurança da Informação.

A gestão de riscos e de controles internos envolve um conjunto integrado de procedimentos e ações internas, visando mitigar possíveis perdas em operações de crédito, descausamento de prazos e de moedas em suas operações, falhas de processos, bem como subsídios a gestão de liquidez da organização. Tais atividades e procedimentos encontram-se disciplinadas em normativos internos do Conglomerado Rendimento e mantêm conformidade com leis e regulamentos.

Risco Operacional

O Conglomerado Rendimento, em atendimento às exigências da Resolução nº 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional, implementou estrutura para gestão do risco operacional, com elaboração de Política Institucional e de procedimentos para detecção e avaliação de eventos que possam causar perdas, tais como: fraudes; descontinuidade de negócios; falhas de tecnologia da informação e processos inadequados. Para a gestão do risco operacional, a organização prioriza a utilização de ferramentas e procedimentos preventivos, ante mecanismos de natureza reativa, visando com isso minimizar a ocorrência de eventos de risco operacional e, conseqüentemente de possíveis perdas.
A alocação de capital regulamentar, para suportar eventuais perdas em eventos de risco operacional, é calculada de acordo com a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, prevista na Circular nº 3.640/13, do Banco Central do Brasil.

Ouvidoria

No que tange ao Direito do Consumidor, o Conglomerado Rendimento atende as disposições da Resolução nº 3.849/10, do Conselho Monetário Nacional. A unidade de Ouvidoria tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.
A área de Ouvidoria atua independentemente das áreas de negócios do Conglomerado, proporcionando um relacionamento aberto e provido de imparcialidade da Empresa com Clientes, "Stakeholders" e com o público em geral.

Tal dispositivo atende às manifestações recebidas através do Banco Central do Brasil, Órgão de Defesa do Consumidor, imprensa, cartas, telefones e e-mail.

Risco de Mercado e Liquidez

O Conglomerado Rendimento atende as disposições das Resoluções nº 3.464/07 e 4.090/12, do Conselho Monetário Nacional, com a manutenção de estrutura para Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado tem por responsabilidade identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado, das posições detidas pelo Conglomerado Rendimento. Esta gestão envolve principalmente os riscos das operações sujeitas à variação cambial e de taxas de juros.

O monitoramento do risco de liquidez consiste em avaliar a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar, eficientemente, suas obrigações correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O Comitê de Tesouraria e Liquidez é realizado semanalmente com a presença do Diretor Superintendente, da Tesoureira e de outros profissionais da organização, com o objetivo de se analisar cenários de mercado e principalmente definir as estratégias de captação e aplicação de recursos.

Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos de perdas, associados ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras, nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito, decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação do Conglomerado Rendimento.

O Comitê de Crédito é responsável pela análise dos riscos de crédito associados às operações do Banco. Esse comitê se reúne de acordo com a Política definida pelo Conglomerado Rendimento e delibera sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito e aprova medidas corretivas e de planos de ação para minimizar o Risco de Crédito.

O Gerenciamento do Risco de Crédito, conforme as disposições da Resolução nº 3.721/09, é de responsabilidade do departamento de Governança Corporativa, que executa atividades segregadas da unidade de negociação e da unidade executora da auditoria interna.

Política de Deferimento de Crédito

A política de deferimento de crédito, adotada pelo Banco Rendimento, tem por base negócios diversificados, pulverizados, amparados por garantias adequadas e destinados às pessoas e empresas idôneas e que demonstrem

capacidade de pagamento. As operações são realizadas com agilidade, segurança, rentabilidade, configurando qualidade e liquidez na aplicação dos ativos.

As operações de crédito, do Banco Rendimento, são destinadas, quase integralmente às pessoas jurídicas do Middle-Market nacional.

Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo"

O Grupo Rendimento conta com programa desenvolvido para evitar e combater o uso de seus produtos e serviços na "lavagem" de dinheiro oriundo de atividades ilícitas, inclusive os ligados aos casos de corrupção e terrorismo. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Semestres Findos em 30 de Junho de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

i) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata diá" sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

j) Imposto de renda e contribuição social
As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício (R\$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

k) Operações de câmbio
São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos em base "pro rata diá", as variações cambiais auferidas, e provisão para perdas, quando aplicável.

l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas: não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas: são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como passivos pelas quais os assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

Descrição	2014	2013
Disponibilidades	327.513	262.471
Aplicações em operações compromissadas	174.999	169.234
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.000	44.129
Total	504.512	475.834

Descrição	2014	2013
Caixa	44.630	6.972
Reserva Livre	7.661	4.804
Depósitos no exterior	125.255	109.524
Disponibilidades em moedas estrangeiras (i)	149.967	141.171
Total	327.513	262.471

(i) Correspondem aos numerários em espécie, disponíveis para operação de compra e venda de moedas, em trânsito ou em custódia de terceiros.

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez
Aplicações em operações compromissadas
Circulante

Aplicações no mercado aberto:	2014	2013
Posição bancada:		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	5.000	22.204
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	109.999	137.027
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	60.000	10.003
Total de aplicações no mercado aberto	174.999	169.234

Aplicações em depósitos interfinanceiros
Certificado de depósito interfinanceiro (CDI)

Descrição	2014	2013
Não ligada	2.000	-
Não ligada - crédito rural	9.704	11.321
Não ligada - PRONAF	343	2.320
Não ligada - SUBEX	3.026	3.692
Não ligada - PRONAMP	1.423	1.802
Total certificado de depósito interfinanceiro (CDI)	16.496	19.135

Aplicações em moeda estrangeira
Aplicações em moeda estrangeira

Aplicações em moeda estrangeira	2014	2013
Aplicações em moeda estrangeira	44.639	-
Total de aplicação em moeda estrangeira	44.639	-

Realizável a longo prazo
Aplicações em moeda estrangeira
Aplicações em moeda estrangeira

Aplicações em moeda estrangeira	2014	2013
Aplicações em moeda estrangeira	44.639	-
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	236.134	232.498

7. Títulos e valores mobiliários
a) Composição por classificação

Títulos para negociação	2014		2013	
	Custo (i)	Mercado (ii)	Custo (i)	Mercado (ii)
Carteira própria - Livres	12.536	12.136	10.264	10.275
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	10.142	10.153	10.264	10.275
Ações de companhias abertas	2.394	1.983	-	-
Vinculadas a operações compromissadas	15.132	15.149	8.923	8.932
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	15.132	15.149	8.923	8.932
Vinculadas a prestação de garantias	36.566	36.608	37.148	37.220
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	36.566	36.608	37.148	37.220
Total de títulos para negociação	64.224	63.893	56.335	56.427

(i) Valor de custo
Refere-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(ii) Valor de mercado
O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais. As ações são avaliadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas em bolsa de valores e as aplicações foram registradas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Composição por vencimento

Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2014		2013	
	Sem vencimento	de 3 a 12 meses	Total	Total
Ações de companhias abertas (i)	1.983	61.910	61.910	56.427
Total	1.983	61.910	63.893	56.427

(i) Ações recebidas, em diação de pagamento, provenientes de recuperação na carteira de crédito.

8. Instrumentos financeiros derivativos
a) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco Rendimento S/A opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção ("hedge") contra risco de mercado, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial. O gerenciamento da necessidade de "hedge" é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de Dólar e de Reais subdivididas nos diversos indexadores (pré, TR, IGP-M e TJLP). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da BM&F, que são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários. A efetividade dos instrumentos de "hedge" é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de derivativos e dos valores de mercado dos objetos do "hedge". Os instrumentos de "hedge" podem ser operados em prazos distintos dos seus respectivos objetos, com o intuito de buscar a liquidez do instrumento e de permitir um nível de arbitragem dentro do cenário econômico traçado pela Administração. Entretanto, existe a previsão da necessidade de renovação ou de contratação de nova operação de "hedge", naqueles em que o instrumento financeiro derivativo apresenta vencimento anterior ao do item objeto de "hedge". A carteira de câmbio é gerenciada de forma que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível.

b) Controles de gerenciamento de riscos

As carteiras são controladas e consolidadas pela área de informações gerenciais, sob gestão da diretoria de planejamento, a qual tem por responsabilidade apurar o valor de mercado das posições de derivativos e dos seus respectivos objetos de "hedge". Essas informações são encaminhadas à mesa financeira para a gestão "intraday". Durante o dia, a mesa possui informações sobre a posição das diversas carteiras ativas e passivas do Banco, e providencia os instrumentos de "hedge" necessários, de acordo com a política previamente definida pela Administração. As posições descobertas são acompanhadas constantemente para verificação de que estão dentro dos limites aprovados pelo comitê de risco de mercado.

c) Composição analítica das operações

Representadas por contratos de mercado futuro que, conforme determinação do Banco Central do Brasil (Bacen), são registrados em contas de compensação pelo valor do contrato atualizado pelo índice de variação das taxas pactuadas. Essas operações são custodiadas pela BM&FBOVESPA.

Contratos de futuros (i)	Valor nominal dos contratos	
	2014	2013
Posição comprada		
Dólar	101.176	216.499
EUR	40.413	-
Outras Moedas	1.939	-
Total posição comprada	143.528	216.499

Posição vendida	2014		2013	
	Dólar	Outras Moedas	Total	Total
Dólar	16.371	-	16.371	-
Dólar	39.980	-	39.980	-
Outras Moedas	2.053	-	2.053	-
Total posição vendida	58.404	-	58.404	-

(i) Os ajustes diários, de contratos futuros a receber/pagar no valor de R\$ 791 (R\$ 3.017 em 2013), encontram-se registrados na rubrica de "Negociação e intermediação de valores".

d) Margem de garantia

São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2014	2013
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	36.608	37.220
Total	36.608	37.220

9. Operações de crédito

Em 30 de junho de 2014 e 2013, as operações de crédito estavam assim representadas.

a) Composição da carteira por produto

Operações de crédito	2014	2013
Conta corrente garantida	110.665	130.222
Capital de giro	144.608	238.936
Finame	33.402	43.270
Títulos descontados	28.565	29.633
Financiamento em moeda estrangeira	8.187	19.878
Cheque especial	7.155	3.422
Crédito direto ao consumidor (CDC)	4.543	6.075
Cédula de crédito de exportação	1.917	2.865
Confissão de dívida	9.588	10.490
Pessoa física	3.529	-
Recuperação judicial	1.294	3.949
Adiantamento a depositantes	329	1.258
Total das operações de crédito	353.782	487.998

Outros créditos

Adiantamentos sobre contrato de câmbio (Nota 10)	19.477	27.488
Rendidas a receber (Nota 10)	1.596	1.542
Títulos e créditos a receber com características de concessão de crédito	25.020	22.918
Total de outros créditos	46.093	51.948
Total das operações de crédito	399.875	539.946

Provisões

Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21.571)	(34.095)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(4.722)	(185)
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(26.293)	(34.280)
Total	373.582	505.666

b) Composição da carteira por ramo de atividade

Setor privado:	2014	2013
Indústria	79.252	120.878
Comércio	33.129	36.294
Intermediação financeira	1.691	9.684
Outros serviços	268.749	360.613
Pessoas físicas	17.054	12.477
Total da carteira por ramo de atividade	399.875	539.946

c) Composição da carteira por vencimento

A vencer:	2014	2013
até 180 dias	267.101	293.055
de 181 a 360 dias	52.249	104.055
acima de 360 dias	55.234	89.963
Total a vencer	374.584	486.073

Vencidas:	2014	2013
Até 60 dias	10.219	15.562
de 61 a 90 dias	1.195	18.542
de 91 a 360 dias	13.858	1.960
acima de 360 dias	19	17.809
Total vencidas	25.291	53.873
Total da carteira por vencimento	399.875	539.946

d) Concentração da carteira

	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	105.886	29,01%	156.649	29,01%
50 seguintes maiores devedores	94.068	42,20%	227.862	42,20%
100 seguintes maiores devedores	178.257	23,65%	127.684	23,65%
Seguintes maiores devedores	21.664	5,14%	27.751	5,14%
Total da carteira	399.875	100%	539.946	100%

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, para os semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013, está distribuída entre os seguintes níveis de risco:

Nível de Risco	2014		2013	
	% Provisão	A vencer	Vencidas	Total
A	0,5	297.053	-	297.053 (1.485)
B	1	51.300	798	52.098 (520)
C	3	18.343	980	19.323 (580)
D	10	1.879	3.167	5.046 (505)
E	30	8	117	125 (38)
F	50	4.216	809	5.025 (2.512)
G	70	1.646	194	1.840 (1.288)
H	100	139	19.226	19.365 (19.365)
Total	374.584	25.291	399.875	(26.293)

f) Movimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Saldo inicial
 2014 | 2013 |

Saldo inicial	(22.648)	(24.483)
Constituição	(18.316)	(14.236)
Reversão	8.610	2.966
Baixas de créditos contra prejuízo	6.061	1.473
Saldo final	(26.293)	(34.280)

g) Créditos renegociados e recuperados

Os créditos renegociados, no semestre findo em 30 de junho de 2014, totalizam R\$ 2.026 (2013 - R\$ 9.594). Os créditos recuperados, no semestre findo em 30 de junho de 2014, totalizam R\$ 245 (2013 - R\$ 2.897).

10. Carteira de câmbio

Em 30 de junho de 2014 e 2013, a carteira de câmbio do Banco está formada como segue:

Ativo	2014	2013
Câmbio comprado a liquidar	94.806	284.244
Direitos sobre venda de câmbio	150.671	309.930
(+) Adiantamentos em moedas nacionais recebidas	(12.820)	(10.491)
Rendidas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 9a)	1.596	1.542
Total do ativo	234.053	585.225

Passivo

Câmbio vendido a liquidar	147.189	326.947
Obrigações por compra de câmbio	94.951	263.251
(-) Adiantamento de contrato de câmbio (Nota 9a)	(19.477)	(27.488)
Obrigações por vendas realizadas	9	17
Total do passivo	222.672	562.727

11. Outros créditos - Diversos

	2014	2013
Dependência no país (i)	2.785	28.321
Devedores por depósito em garantia (Nota 25b)	44.588	35.476
Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito (Nota 9i)	25.020	22.918
Rendidas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 9a)	1.596	1.542
Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito (iii)	15.533	52.888
Crédito tributário (Nota 17b)	36.074	31.288
Devedores diversos - País	1.033	941
Imposto de renda a compensar	4.557	4.748

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Semestres Findos em 30 de Junho de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

	2014	2013
23. Outras receitas e despesas operacionais		
Outras receitas operacionais		
Lucros em cessão de créditos	2.461	-
Recuperação de encargos e despesas	155	180
Descontos obtidos	19	10
Variações monetárias	2.035	-
Variações monetárias de impostos	10	5
Arrecadação de tributos	-	406
Outras	993	166
Total	5.673	767
Outras despesas operacionais		
Descontos concedidos em renegociação	4.222	116
Bônus diretoria	194	272
Imposto de renda - exercícios anteriores	429	-
Contribuição social - exercícios anteriores	264	-
Juros, multa e correção - alargamento	229	159
Auto de infração tributos municipais	126	1.667
Provisões de avais e fianças	595	-
Outras	523	28
Total	6.572	2.242
24. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros		
A responsabilidade por avais, fianças e garantias prestadas a terceiros, em 30 de junho de 2014, correspondiam a R\$ 99.401 (R\$ 125.412 em 2013), não sendo esperadas perdas não provisionadas em relação às mesmas.		
25. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias		
a) Ativos contingentes		
Em 30 de junho de 2014 e 2013, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.		
b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais		
(i) <i>Provisões trabalhistas</i> - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.		
(ii) <i>Provisões cíveis</i> - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.		
(iii) <i>Provisões fiscais</i> - As provisões para riscos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, provisionados no passivo exigível a longo prazo na rubrica "outras obrigações fiscais e previdenciárias", representados pelos seguintes processos:		
• Contestação judicial da legalidade do recolhimento do PIS e COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essa causa, o montante provisionado é de R\$ 44.757.		
• Contestação quanto a base de receitas de operações de avais e fiança e de câmbio, defendida pelo Fisco Municipal como tributável para o ISS. O montante provisionado é de R\$ 2.200.		
As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas no semestre, estão a seguir apresentadas:		
Provisão para contingências	2014	2013
	Fiscais	Trabalhistas
Saldo no início do semestre	42.519	1.202
Constituições	4.438	275
Realizações/reversões	-	(573)
Saldo no final do semestre	46.957	904
(i) Constituída por R\$ 2.372 referente a avais e fianças prestadas e R\$ 1.595 referente a repasses para prefeituras		
	Cíveis	Outras (i)
Saldo no início do semestre	819	1.777
Constituições	75	2.213
Realizações/reversões	(415)	(23)
Saldo no final do semestre	479	3.967
	Total	Total
Saldo no início do semestre	339	39.400
Constituições	48	4.995
Realizações/reversões	(194)	-
Saldo no final do semestre	193	44.395

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
Em 30 de junho de 2014, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 15 processos de natureza cível que somam, com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes R\$ 444 e estão representados, substancialmente, pelos seguintes processos:

- Ações revisionais de cláusulas de contratos de empréstimos e financiamentos;

d) Órgãos reguladores
Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Banco Rendimento.

26. Limites operacionais
O Patrimônio de Referência Exigido (PRE), obtido de acordo com os normativos em vigor, está demonstrado, a seguir:

Patrimônio de referência - PR	208.790
Risco de crédito - RWACPAD	87.831
Risco de exposição cambial - RWACAM	32.920
Risco de taxas de juros - RWAJUR1	91
Risco de cupom de moedas - RWAJUR2	2.117
Risco operacional - RWAPAD	40.315
Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA	163.274
Risco parcela Banking - RBAN	2.487
Patrimônio de referência mínimo requerido	165.761
Margem sobre o PR considerando o RBAN	43.029

O índice de Basileia para a data-base de 30 de junho de 2014, apurado de acordo com o estabelecido nas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, do Conselho Monetário Nacional, é de 14,07% (Junho de 2013 - 14,37%) para o Conglomerado Financeiro.

27. Gestão de riscos
A Gestão de Riscos é considerada um instrumento essencial para a otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação Risco x Retorno para os acionistas. A gestão focada em riscos é disciplinada por políticas e procedimentos definidos e aprovados pela Alta Administração, que deverão ser seguidos pelas áreas de negócios e monitorados de forma independente pela área de controles internos. As definições estratégicas de maior relevância são realizadas por meio de Comitês Específicos em função da matéria tratada. As principais estruturas para a gestão de riscos encontram-se subordinadas ao Diretor de Risco e Compliance e que responde também pelas atribuições da Área de Governança Corporativa e pela unidade de Prevenção de Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento ao Terrorismo e atividades de Compliance.

I - Risco de Mercado
É o risco associado à probabilidade de que a variação, no valor de ativos e passivos, causada pela incerteza acerca das mudanças nos preços e taxas de mercado, gere perdas para a instituição. O controle do risco de mercado é realizado por equipe especializada e que executa as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco. Adicionalmente realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando o atendimento ao órgão regulador brasileiro.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua.

Valor em Risco (VaR) - O processo de análise de risco quantifica a exposição utilizando limites de risco baseados em critérios estatísticos (VaR Estatístico: nível de confiança adequado - é uma medida estatística que estima a perda potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos), simulações de estresse (VaR Estressado - é uma medida que estima a perda em condições extremas de mercado a partir de cenários de estresse) e capital econômico alocado.

Os limites e a exposição aos riscos de mercado são relativamente baixos quando comparados ao Patrimônio de Referência da instituição, de acordo com a administração dos riscos.

Testes de Estresse - Os testes de estresse são realizados diariamente, tomando-se por base os cenários divulgados pela BM&F. São utilizados cinco cenários, sendo dois para taxas de juros prefixadas, dois para câmbio e um para taxas de juros e câmbio, simultaneamente. Para taxa de juros utiliza-se os cenários alta 3 e baixa 3 e para o câmbio utiliza-se um choque de 10% tanto para alta como para baixa.

De acordo com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução nº 3.464/07 e na Circular nº 3.354/07, do Conselho Monetário Nacional, e no Novo Acordo de Capitais - Basileia III, a análise é aplicada integralmente às carteiras trading e banking, cujas exposições sofrem impactos significativos sobre o resultado corrente da instituição.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado do Conglomerado, alinhada com os conceitos do Comitê de Basileia, constitui um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da Instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado.

II - Risco de Crédito
A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e a mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação do Conglomerado Rendimento.

O Comitê de Crédito é responsável pela análise dos riscos de crédito associados às operações do Banco Rendimento S/A. Esse comitê se reúne de acordo com a Política definida pelo Conglomerado Rendimento e delibera sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito e aprova medidas corretivas e de planos de ação para minimizar o Risco de Crédito.

O Gerenciamento do Risco de Crédito encontra-se em conformidade com a Resolução nº 3.721/09, do Conselho Monetário Nacional, e está alinhado à estrutura de Governança Corporativa, que executa atividades segregadas da unidade de negociação e da unidade executora da auditoria interna.

III - Risco Operacional
É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tomam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional, o Conglomerado Financeiro definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, constituída por um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionadas ao risco operacional e aos papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

A partir de 01 de julho de 2008 entrou em vigor a legislação do Banco Central do Brasil (BACEN) obrigando as instituições financeiras a alocar capital para risco operacional. O Conglomerado Financeiro optou pela utilização da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

IV - Risco de Liquidez
O monitoramento do risco de liquidez consiste em avaliar a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O Comitê de Liquidez é realizado semanalmente com a presença do Diretor Superintendente e da Tesoureira, onde são apresentados o panorama do mercado, caixa e captação.

V - Estrutura de Gerenciamento de Capital
O Conglomerado Rendimento, seguindo as normas contidas na Resolução nº 3.988/11, do Conselho Monetário Nacional, implementou uma estrutura para Gerenciamento de Capital.

A estrutura de Gerenciamento de Capital é responsável pelo monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, avaliação de necessidade de capital para fazer face aos riscos a qual a instituição está sujeita, e planejamento de metas.

A partir das disposições constantes da referida Resolução, a instituição passou a calcular um índice de Basileia para valores projetados em um período de três anos (Plano Trienal de Capital), visando verificar se o seu nível estará adequado frente à situação futura, adotando uma visão prospectiva em relação às necessidades de capital. No Plano de Capital também são considerados os riscos não previstos nas metodologias de cálculo já regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

No primeiro trimestre de 2014 houve revisão do Plano de Capital, elaborado no ano de 2013, em que se analisa a consistência da política de formação e suficiência do Patrimônio de Referência - PR do Conglomerado para o triênio 2014 a 2016.

A DIRETORIA

EMILIO BRUNO - Contador - C.R.C. 1SP166.726/0-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores do Banco Rendimento S/A

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Rendimento S/A ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Rendimento S/A, em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

São Paulo, 25 de agosto de 2014.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-ZSP015199/0-6

Emerson Morelli
Contador CRC-1SP249401/0-4



BANCO RENDIMENTO

COTAÇÃO

Empresa do Grupo Rendimento

A mais completa solução em câmbio.

Produtos de Câmbio

Papel Moeda* e Cartões de Viagem Rendimento (MasterCard® e Visa).

* Consulte condições e disponibilidade.

Transferências Internacionais

- Remessa ao exterior
- Pagamento de cursos, congressos e encomendas
- Transferências de patrimônio



www.cotacao.com.br | 4002-1010

Ouvidoria do Grupo Rendimento - ouvidoria@rendimento.com.br - 0800 722 0132 (das 9h às 18h, dias úteis).